

“O FEMINISMO TRIUMPHA!”: MULHER E A IMPRENSA PATRIARCAL EM FORTALEZA NA DÉCADA DE 1920*

*Kella Rivetria Lucena Xavier***

Resumo: O artigo pretende analisar como os ideários de modernização no Brasil, durante a Primeira República (1889-1930), caracterizavam a educação como uma arma de mudança social, que estabeleceria as bases para a transformação da sociedade brasileira segundo o modelo europeu. Esse processo foi disseminado pela crescente imprensa escrita que exerceu o papel de apoio. E um dos públicos mais atingido por esses discursos foram as mulheres. Logo, o aumento da instrução e o acesso às informações permitiram que as fortalezenses tornassem alvo de debates que sobre suas atribuições nos campos políticos, econômicos e sociais. Incentivando-as à permanência dos papéis sociais constituídos dentro de uma cultura patriarcal.

Palavras-chave: Mulher; Imprensa; Patriarcal.

Abstract: The article aims to analyze the modernization ideals in Brazil during the First Republic (1889-1930), characterized education as a weapon of social change, which would establish the basis for the transformation of Brazilian society according to the European model. This process was disseminated by the growing print media that played the supporting role. And one of the public most affected by these speeches were women. Therefore, increasing education and access to information have allowed fortalezenses become debates target on its responsibilities in the political, economic and social fields. Encouraging them to stay social roles established within a patriarchal culture.

Keywords: Woman; Press; Patriarchal.

* Artigo submetido à avaliação em 5 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 10 de setembro de 2015.

** Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Ceará (2002) e mestrado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2008).

A modernidade brasileira e a educação feminina

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por grandes transformações na sociedade brasileira. O processo de modernização estava no seu auge, pois o governo, os intelectuais e outros setores sociais almejavam a consolidação de um projeto político, social, econômico e cultural, que ascendessem o país ao patamar dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos da Europa (GIDDENS, 1991).

A modernidade era um reflexo da crescente racionalidade e cientificidade que se apoderou das sociedades norte-americanas e europeias, em meados do século XIX, atingindo principalmente as classes mais abastadas financeiramente que utilizavam ciência e razão para explicar os acontecimentos naturais e humanos. A modernidade se apresentou como uma nova visão do mundo e dos homens, pois privilegiava o conhecimento, mas também procurava segmentar seus ideais no conceito de civilização, formando a partir da união dos comportamentos das famílias nobres europeias e nos valores da crescente burguesia que dominava a economia mundial. Em suma, a modernidade foi um movimento caracterizado pela luta político-social entre os componentes do Antigo Regime e os burgueses, para assumir a primazia na construção dos comportamentos sociais e lideranças políticas.

O conceito de modernidade pode ser compreendido como um mecanismo que moveria a sociedade, uma vez que ampliava o raio de ação das classes sociais, revitalizando e renovando os papéis sociais anteriormente estipulados. Além disso, fornecia uma nova forma de mobilidade social, que teria seus valores fundamentados na ciência, racionalidade, escolaridade e intelectualidade do indivíduo, em contraposição com os valores advindos do Antigo Regime, que tinham como base a origem hereditária. Esse conceito se formulou, principalmente, com a ascensão da burguesia, que detinha poder econômico, mas não *status quo* igual ao do nobre.

Deste modo a modernidade se caracterizou como criação ideológica (FAORO, 1992). Para alguns pesquisadores havia uma diferença tênue entre as acepções de modernidade e modernização (Cf.: GIDDENS, 1991; FAORO, 1992). De acordo com estes, dependendo da região onde foram levadas essas ideias, elas se aplicavam distintamente, variando de acordo com os preceitos sociais e cotidianos que determinavam a estrutura da sociedade.

A modernização, para Giddens (1991), seria a substituição das formas de sociedade tradicionais baseadas na agricultura pelos complexos institucionais da modernidade, que eram: poder administrativo e militar, capitalismo e industrialização. Em termos políticos, a modernização passava pela criação de Estados fortes, organizados de forma burocrática e racional ao administrar sua

população, produzindo a sensação de lei e ordem. Tal racionalização administrativa permitiria o desenvolvimento de um estado envolvido em sua sobrevivência. Essa correlação dos conceitos de modernidade e de modernização atua de maneira significativa para um maior entendimento desse processo, no qual o indivíduo passou a ser mais influenciado pela sociedade. E isso representava a ascensão da burguesia industrial como classe dominante que passou a controlar os meios produtivos e as instituições políticas.

Elias (1994) afirma que, na sociedade ocidental, a partir do século XIX, se disseminaram novos modelos sociais baseados na mistura dos padrões comportamentais próprios da aristocracia europeia como o controle das paixões, a elegância, a educação refinada, os valores da burguesia representados pela valorização do trabalho, e a intelectualização, gerando assim, um padrão comportamental que ficou conhecido como civilidade.

A ideia de civilidade ganhou destaque mundial, devido ao aumento da circulação de informações, conseguida pela expansão da imprensa e o desenvolvimento das atividades capitalistas burguesas.

No Brasil, esses conceitos encontraram amplo respaldo nas camadas mais abastadas da sociedade, no meio político e intelectual, que passaram a perceber que a educação era um dos meios mais eficazes para disseminar tais ideias.

58

Além disso, existia entre os intelectuais uma decepção com os rumos da República brasileira causados por problemas como: coronelismo, corrupção, nepotismo, fanatismo religioso, entre outros. Então, durante a década de 1920, a “causa educacional” apresentou-se com resposta a todos os incômodos causados pelo regime político, pois representava uma ação social de transformação que resultaria em uma sociedade mais escolarizada, politizada e qualificada profissionalmente.

Um movimento se destacou nesse contexto, o da “Escola Nova”, que tencionava modelar a escola para que ela se tornasse um instrumento de fomentação do nacionalismo, na criação de uma identidade para o povo brasileiro, além de formadora de uma sociedade culta e com forças produtivas mais qualificadas.

O entusiasmo pela educação característico do pensamento republicano na época e o otimismo pedagógico que mais tarde se constituiu no ideário escolanovista, difundindo a crença de que a multiplicação das escolas e a disseminação da educação a grandes camadas da população seria colaboração fundamental ao progresso nacional, colocando o Brasil entre as nações mais desenvolvidas. Seria a reforma da sociedade por meio da reforma do homem. E a escolarização passa a ser vista como instrumento decisivo de aceleração do desenvolvimento. Consequentemente, abriu-se espaço a debates e frequentes reformas educacionais. Devido à descentralização, a maioria das iniciativas de reforma atingirá os estados apenas de forma indireta (OLIVEIRA, 2013).

No Ceará, a reforma da educação cearense começaria em 1922, durante o governo de Justiniano de Serpa, que era um intelectual, membro da Academia Cearense de Letras, um entusiasta da República e das novas perspectivas educacionais. Para comandar essas mudanças empossa o Dr. João Hippolyto de Azevedo e Sá como diretor da Escola Normal, conhecido médico que passou temporada na Europa e assimilou as práticas relacionadas à psicologia e à educação. E, a pedido do diretor, convida Lourenço Filho para implantar essas propostas de mudanças na Escola Normal,¹ como maneira de melhorá-la e nivelá-la com as instituições de ensino paulistas, que já ratificavam as novas práticas educacionais.

Essas atitudes colocaram o Ceará na vanguarda da educação brasileira, pois aqui “amplia-se o conceito de pioneirismo cearense, não só no que diz respeito à penetração do escolanovismo, como também, no tratamento de questões como: conselhos escolares e obrigatoriedade de ensino” (OLIVEIRA, 2013).

As alterações na educação foram apresentadas à sociedade pela imprensa, que se mostrou um aliado importante na consolidação dessa proposta de mudança fundamentada no processo educacional, pois transmitia os fatos em uma rede de comunicação que simbolizava as relações de poder do Estado Brasileiro.

Alguns dos meios de comunicação mais utilizados na época eram as revistas ilustradas: *A Jandaia*, *Ba taclane Ceará Ilustrado*, que divulgavam os acontecimentos, em alguns momentos opinando contra ou favoráveis, levando essas discussões à sociedade.

A imprensa, no século XX, passou a desempenhar um papel de destaque na consolidação dos comportamentos sociais que deviam ser incorporados pela sociedade dita moderna. Uma das principais preocupações dos intelectuais, políticos, juristas e outros membros da ordem pública era “ensinar” ou normatizar os comportamentos sociais para que esses se adequassem aos novos paradigmas (CARVALHO, 1995).

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins da educação (aspecto philosophico e social) e da applicação (aspecto technico) dos methodos scientificos aos problemas da educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espirito philosophico e scientifico, na resolução dos problemas da administração escolar (CARVALHO, 1995).

Os escolanovistas, como outros setores da sociedade, atribuíam à família uma função importante na consolidação de seus ideais. A família, historicamente, sempre teve sua dimensão associada à mulher (NADER, 2013), ela era responsável pela educação das

¹ As escolas normais podem ser comparadas as escolas de ensino médio atualmente. Para Schaffrath (2008) forma um projeto Imperial no Brasil, que tinha como intuito formar professores para o ensino primário. Esse projeto teve continuidade na República.

crianças e pela formação inicial, seu papel social fundamental era ser mãe. Logo, tornou-se alvo de campanhas da imprensa, ações governamentais para que ela se firmasse como o alicerce da modernidade e das transformações educacionais que se desejava implantar no Brasil. Temas como: o casamento, a sexualidade, a maternidade e a educação feminina assumiram uma enorme importância (BESSE, 1999). Logo, a mulher tornou-se centro de intensas discussões e seu comportamento passou a ser objeto de estudo.

Entretanto, para que a mulher realizasse tal tarefa, de colaborar com os ideais escolanovistas, era necessário que ela fosse educada aos moldes dos reformistas. Durante a década de 1920, escolas femininas foram ampliadas e o curso normal que qualificava as moças ao magistério, popularizou-se. Essa conquista das mulheres levou-as a exercer a profissão de professoras primárias nas escolas.

O aumento da escolarização das mulheres além de proporcionar políticas de desenvolvimento do país, fim do analfabetismo e criação do sentimento nacionalista, também, impulsionou-as a discutir seu espaço na sociedade.

O fato é que a escolarização abriu para as mulheres a possibilidade de tomar conhecimento de novas realidades, inclusive da sua realidade, fazendo-as enxergar cada vez mais claro a opressão a que eram submetidas, o que as levou a buscar romper essa estrutura (FRANCO, 2005).

60

Então, pode-se constatar que o projeto reformista, conhecido como “Escola Nova”, divulgado pela imprensa, compreendeu que a mulher, devido à sua importância na estrutura familiar, seria uma parte importante do processo de transformação da sociedade brasileira.

As ações elaboradas pelos escolanovistas, executadas pelo poder público e debatidas na imprensa durante a década de 1920, influenciaram a educação feminina por criar uma série de normas de conduta, reafirmando as relações de dominação já existentes na sociedade brasileira e, em contrapartida, estimularam a emancipação das mulheres, pois o conhecimento deu suporte a reflexão de sua própria condição social.

E, nesse sentido apropriar-se do processo educacional, ter acesso a instrução foi de fundamental importância, pois, embora a instrução oferecida às mulheres tivesse por objetivo reproduzir a submissão, ela garantia paradoxalmente uma abertura para o questionamento (FRANCO, 2005).

Imprensa patriarcal e o comportamento feminino

O crescimento da escolaridade entre as classes médias e altas na sociedade cearense durante a década de 1920 refletiu no aumento de revista e jornais na capital

alencarina. Dentre esses, destaca-se a revista ilustrada de arte e literatura, *A Jandaia*, que apesar de seu curto período de circulação, logo encontrou nas mulheres um público ansioso por novidades e informações.

A Jandaia, publicada em 1924, era de propriedade de Aldo Prado, intelectual cearense, entusiasta da ideia de transformar Fortaleza em uma Paris latina. A publicação tinha uma visão mais mundana, na criação de concursos de beleza, menções sobre os acontecimentos internacionais e nacionais, páginas de literatura e colunas sociais. Segundo Ponte (1999) “[...] *A Jandaia*, revistas voltadas para a celebração do mundanismo elegante e, por isso mesmo, preocupadas com a assepsia e conforto urbano”.

Apesar de não ter a prioridade no tratamento do público feminino, foram elas que se apoderam dos seus conteúdos para abalizar seu comportamento social. E em uma região marcada pela religiosidade, patriarcalismo e submissão feminina (SILVA, 2002), as mudanças no comportamento feminino causavam críticas:

Victalinas antes do tempo. Fortaleza pode-se orgulhar de possuir um bom número de meninas graciosas e chic. Goza mesmo da fama de ser a cidade das moças bonitas. Entretanto os casamentos aqui rareiam e os rapazes não são lá muito raros. Há os até bastante. Mas preferem apreciá-las apenas. E muitos há que, se, se querem prender, vão aos sertões e de lá vem com suas sertanejas interessantes e lindas. Mas não são mais lindas do que as fortalezenses que, além de o serem, possuem elegância encantadora. Deve de haver razões mais plausíveis, motivos mais fortes para o abstencionismo dos nossos rapazes (ROSCELINO MONTALVO, 1997).²

61

No trecho anterior, a ideia de modernidade ainda causava desconforto na sociedade cearense, principalmente no que se refere a presença feminina nos espaços públicos, pois isso não era um costume comum, já que as mulheres eram enclausuradas em casa (cultura “comum” até o final do século XIX).

Entretanto, observa-se que a revista fazia muitas menções a elegância, mostrando como era “chic” se apresentar nos ambientes sociais dentro dos padrões da moda, evidenciando o estímulo que a revista dava para que as mulheres da elite frequentassem locais públicos, onde pudessem ser vistas e cortejadas.

Constantemente interpeladas e retratadas pelos meios de comunicação [...] as mulheres tornavam-se alvo de um discurso normativo que, insistindo no que elas deveriam ser, constituiu uma imagem que contribuía para a naturalização de estereótipos (CARVALHO, 1995).

O conceito de elegância incentivou a criação de concursos de beleza, que atraíam as jovens da elite, gerando uma competição entre as moças, pois esses eventos

² Fortaleza, *A Jandaia*, 26 de novembro de 1927. Coluna Notas e Comentários.

tornavam-se vitrines para a família da competidora e criavam um novo *status quo* para a mesma.

A realização dos concursos nos revela a interação entre homens e mulheres da alta sociedade para a consolidação do projeto de modernidade de Fortaleza. Ao ser escolhida, a participante expunha não só a sua imagem, mas sua vida pessoal e a da família que passavam a ser observadas até o resultado final. Assim, as moças envolvidas tinham que seguir os padrões modernos de educação e moda, além de frequentar os melhores locais da sociedade (SILVA, 2002).

Os concursos contribuíram na reestruturação dos padrões de beleza, que salientavam a higiene, a educação física para as mulheres, incorporando o modelo de corpo mais rígido, esguio e limpo.

O vestuário feminino agregou esses valores ao introduzir roupas mais leves, que deixavam a mostra braços e pernas, além encurtar os cabelos. Isso gerou críticas a essas “modernidades”.

[...] A moda, nos dias que correm, amigo, já chegou a tal ponto de exaggêro que, difficilmente, conseguimos distinguir o sexo fraco do forte! É o efeito da civilização, dizem uns; é a falência da moral, affirmam outros. A mulher está totalmente masculinizada: usa meia cabeleira, collarinho, gravata e bengallinha, às vezes.³

62

Segundo o autor, a moda da época se preocupava demais com higiene e limpeza, o que levava a uma inversão, ou melhor, uma mistura entre os dois sexos, o que era prejudicial à moral da sociedade.

E, nesse ponto, os discursos se contradiziam, de um lado os médicos, intelectuais divulgavam o bem-estar da atividade física, da vaidade feminina, da mudança no modo de se vestir; no polo oposto encontravam-se grupos ligados à Igreja Católica com pensamento mais moralista, que denunciava essa modernização como uma decadência social.

Esses antagonismos, entre moderno e moral, abriram as portas do mundo público para as mulheres, entretanto, apesar de poder frequentar clubes, cafés, bailes, só manteria uma imagem de “mulher virtuosa” aquela que fosse acompanhada pelos pais.

Não era de bom tom uma moça sair sem a companhia dos pais, em todos os lugares parecia ser fundamental a presença da família. O fato de que uma “moça de família” – termo da época para designar a moça rica – estivesse sempre acompanhada por familiares caracterizava a diferenciação em relação às demais e a exposição do *status* social da família de elite. Ao sair nas ruas, as famílias eram identificadas de acordo com a profissão exercida e com o grupo ao qual pertenciam. Assim, “a moça de família” trazia a marca do sucesso econômico e moral da sua família (SILVA, 2002).

³ Fortaleza, *A Jandaia*, 17 jan. 1925.

A maior aparição da mulher na cidade criou situações onde o contato entre os sexos, a vigilância da família era fundamental para que a moça “não ficasse mal falada”, como se dizia na época. E os flertes, paqueras passaram a se realizar pela revista, pois em 1927, a *secção feminina* foi retirada da revista, substituída por recados amorosos, flertes de enamorados:

Foottingando no Passeio Público.

[...] Entre as que passeiavam, destacava-se um grupo de três, tão chics como graciosas. De braços entrelaçados, riam e conversavam a bom gosto, relembrando talvez...alguma aventura de seus corações desejados...“A mais alta das três” alvitrou: — vamos nos sentar. Aqui está tão bom e tem tanta sombra...E as outras se sentaram também com decisão e prazer. — Ah! A propósito, a “A Jandaia” de hoje trouxe o teu retrato. Eu vi e gostei muito. Está muito bom e expressivo. - Quem é o director d’A Jandaia? — Oh! Você ainda não conhece! — É o Aldo Prado. Elle gosta muito de por em sua revista retratos de Rainhas e Princesas! — Então elle é um príncipe de gentileza, disse. A banda iniciava um tango requebrado e provocante. As três levantaram-se com toda a elegância de moça chic acompanhando em seus passos cadenciados o compassado rithimado da musica.⁴

Segundo D’Incao (1997) o amor romântico acabou se tornando um refúgio existencial para as mulheres burguesas, pois devido à vigilância constante e às expectativas sociais restritas era através do sonho do “príncipe encantado” que as mulheres adoçavam sua vida pessoal.

63

Apesar do seu caráter mais frívolo, *A Jandaia*, também discutiu temas polêmicos, que estavam em pauta na Europa. Um deles foi a questão do voto feminino. O aumento da escolaridade feminina e o crescimento dos movimentos sufragistas no velho continente mostrava que as mulheres lutavam por mais espaço na sociedade. Esse assunto causou grande polêmica na publicação.

O jornalista Josaphat Linhares escreveu um texto intitulado “O voto feminino” no qual compara o direito do voto à abolição da escravatura:

[...] Quer-se emancipar a mulher e uma lei do Congresso Nacional decreta a sua emancipação, como um decreto imperial que liberta outrora os escravos [...] escravidão anti-humana e, se bem não preparados para a liberdade, nelles o sofrimento e o trabalho haviam robustecido o espírito e fortificado o organismo, suprindo a lei do instinto de conservação na lucta pela vida, as deficiências de sua mentalidade apoucada.

Mas aquella, a mulher não se procura saber se está apta para ingressar no cenário da vida pública.⁵

⁴ Fortaleza, *A Jandaia*, 7 dez. 1925.

⁵ Fortaleza, *A Jandaia*, 25 de dezembro de 1925.

Continuando o artigo, o autor, reconheceu as qualidades políticas das mulheres, citando exemplos como Catarina da Rússia e a Elisabeth, rainha da Inglaterra, quando afirma: “É verdade que lhe não podemos desconhecer aptidões para efficiente cooperar com o homem na grande organização político-social”.⁶

Em seguida o autor afirma a incapacidade feminina de exercer o poder de voto, por causa de sua educação deficiente, que era pautada na moral cristã, sem o embasamento científico necessário ao exercício da atividade pública.

Ella que tem uma mentalidade infantil, que é educada para agradar e attrair o homem [...] O que devemos é desenvolver as qualidades e as energias latentes do seu espirito, acorda-lhe o amor ao trabalho e a coragem para a lucta, libertá-la de futilidades, educa-la na verdadeira compreensão da religião e da moral crhistã [...].⁷

A instrução intelectual da mulher seguiu muitas direções, contudo o rumo sempre foi traçado pelos homens, que a atrelavam ao papel de mãe, esposa e numa posição de submissão (BESSE, 1999).

Em um segundo texto o mesmo jornalista, Josaph Linhares, ainda discutindo sobre o voto feminino, questionou a maior presença das mulheres em ambientes públicos em Fortaleza:

64

[...] Com o advento do regimem republicano, ainda sobraram homens de valor, de ideal, de vontade. Isto até o período em que o elemento feminino se limitava aos affazeres do lar e da escola. Agora tudo mudou e se desmantelou... As mulheres invadiram o correio, o telegrapho, o commercio, as estradas de ferro, as officinas; em compensação, porém abandonaram o lar...
[...] Se o nosso próprio homem ainda não está preparado para dirigir e orientar, como é então que a mulher se outorga a si esse direito?
Dahi, a desorganização. A mulher empregada, no Brasil, não tem noção da responsabilidade. Faz o que quer e o que entende nas repartições.
O sexo forte, sentimental ao extremo, se desmancha em amabilidades...
[...] porque abandonaram o lar as creadas que são o morbus mais perigoso da educação brasileira se encarregarão de perverter os filhos. E patria sem mães, Patria sem cidadãos.⁸

As polêmicas sobre o voto feminino se iniciaram em meados do século XIX, com escritoras como Josefina Álvares de Azevedo que questionaram a ausência de direitos políticos e o sistema educacional voltado para as mulheres. Para a imprensa da época, isso se dava pela deficiente formação intelectual da mulher (FRANCO; PRADO, 2012, p. 210).

⁶ Fortaleza, *A Jandaia*, 25 de dezembro de 1925.

⁷ Fortaleza, *A Jandaia*, 25 de dezembro de 1925.

⁸ Fortaleza, *A Jandaia*, 7 de dezembro de 1925.

Porém, já havia mulheres com escolaridade elevada como Maria Augusta Meire de Vasconcelos, formada em Direito pela faculdade do Recife e a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos, que insistiam no direito ao voto e à candidatura, pois a Constituição de 1891 garantia o sufrágio aos alfabetizados.

Nas décadas de 1910 e 1920 o debate intensificou-se, principalmente nas camadas mais altas da sociedade que possuíam escolaridade. As mulheres desse grupo social questionavam a sua participação no mercado de trabalho, no mundo político e na família (SOIHET, 2012, p. 218).

Em 1910 foi fundado o Partido Republicano Feminino dirigido por Leolinda Daltro, tinha com intuito reforçar junto aos políticos brasileiros a necessidade do sufrágio feminino.

Outras militantes da luta de emancipação feminina, Bertha Luz e Maria Lacerda Moura levantaram, também, a discussão sobre o voto e a participação feminina na sociedade. Bertha chegou a escrever um texto para o *Rio Jornal*, argumentando sobre a importância do voto feminino, dos benefícios de uma educação mais científica para as mulheres e como essas mudanças seriam saudáveis para a consolidação da República brasileira.

Tais aspirações encontravam entraves na sociedade brasileira, fundamentada numa cultura patriarcal, onde “o homem detinha o poder econômico e decisório e toda família era submetida à autoridade do mesmo” (NADER: 2001, p. 51).

Assim, cabia à mulher cuidar da casa e dos filhos. Sua identidade social foi sendo atrelada ao casamento e à família. A medicina legitimava isso com o discurso da fragilidade e docilidade femininos, os políticos negavam-lhes os direitos civis e a imprensa apoiava o patriarcalismo.

[...] a ciência da época considerava as mulheres, por suas supostas fragilidades e menor inteligência, inadequada para as atividades públicas, afirmando que o lar era o local apropriado à sua inserção social e o cuidado com a família, sua ocupação prioritária. Críticas ácidas às demandas femininas estavam presentes também em peças teatrais, crônicas, caricaturas e em diversas matérias na imprensa, que inclusive, ridicularizavam as militantes (SOIHET, 2012, p. 219).

O texto apresenta a imagem desejada para a mulher cearense segundo os padrões de virtudes burguesas, civilizadas e modernas. A ideia que o destino social da mulher era o casamento, o lar, os filhos e o mundo privado (NADER, 2001).

As pressões sobre o comportamento feminino atingiam principalmente as mulheres de classe média e alta da capital cearense, pois elas possuíam educação formal e estavam inseridas no meio social onde predominavam os conceitos patriarcais.

PATRIARCALISMO pode ser definido como uma estrutura sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura. Nesse sentido, o patriarcado funda a estrutura da sociedade e recebe reforço institucional, nesse contexto, relacionamentos interpessoais e personalidade, são marcados pela dominação e violência (BARRETO, 2004, p. 64).

E aquelas mulheres que destoassem do papel social a elas imposto, eram criticadas pela revista, como podemos ver no texto a seguir, sem assinatura do autor que faz uma crítica às mulheres intelectuais:

MENINAS INTELLECTUAIS

Aqui, como em toda parte certamente, há as meninas intellectuais. Meninas que declamam e gostam de versos. Cercam-se de poetas, de literatos [...] Frequentam os serões literarios. Apreciam o desleixo dos plumitivos gênios regionaes. Escrevem cartinhas frívolas nas quermesses. Falam alto no Passeio Público. Exhibem-se mudam de andar. Agitam-se. [...] Culminam, enfim, o ridículo. Depois, passa um anno. Passa outro anno. Passa o terceiro. E as meninas intellectuais tornam-se mocinhas, não mas espirituaes, mas procurando noivos que não sejam, de preferencia, literatos...⁹

66

Percebe-se, no artigo, que a ideia da mulher frequentadora dos círculos intelectuais, lendo autores importantes ou textos científicos, era considerada intolerável ou apenas um capricho, e se diluiria no momento que a mulher casasse.

Na revista *A Jandaia*, durante as edições de 1924 e 1925, criou-se uma seção voltada para as mulheres – *A secção feminina*. Organizada com textos sobre moda, poesia romântica e propagandas, que incentivava o consumo e a normatização do comportamento feminino.

Mesmo querendo concatenar com o discurso normatizador da época, muitas vezes *A Jandaia* acabava por trazer questões que levantavam os temas contrários à dominação e favoráveis à emancipação feminina. Como aconteceu no texto de Hélio Montana, na seção *Latada de Madresilvas*:

O FEMINISMO TRIUMPHA!

Felizmente as nossas gentis conterrâneas já vão compreendendo que nem só do lar vive a mulher. A sua missão é grandiosa e dilatada. Vae a todas as espheras. Perlustra todos os caminhos. Com que prazer, não resgatamos elogios a uma jovem que se atreve escrever algumas linhas para um jornal ou uma revista elegante. No ceara, felizmente, não sabemos se à imitação de Suzana Guimarães, Rita de Queluz e outras, já consagradas, aos poucos, vamos encontrando a collaboração feminina, recheiando e abrilhantando periódicos. É uma conquista que engrandece um Estado. Incentivemos o

⁹ Fortaleza, *A Jandaia*, 3 de maio de 1925

cultivo intellectual das conterrâneas e científiquemos a todas ellas, sem medo, sem pejo, que o feminismo triumpha em todo o mundo crescendo animado.¹⁰

O entusiasmo do autor contrasta com o pequeno número de mulheres que escreviam na revista. E aquelas que publicavam, não escreviam os nomes, ou usavam pseudônimos, com medo de represálias.

[...] Apesar de tanto os tradicionalistas quanto os favoráveis à modernidade argumentarem que as mulheres pertenciam ao lar, os segundos alargavam o significado do papel familiar feminino ao enfatizar o poder das mulheres de direcionar o desenvolvimento moral de seus filhos e filhas e fornecer bons cidadãos (homens) à nação. Ao relacionarem a maternidade com o progresso e o patriotismo, atribuíram às mulheres um papel mais significativo na vida da nação, mas tal papel era para ser desempenhado somente no lar (HAHNER, 2012, p. 57).

Contudo, analisando os dois artigos, observa-se que a revista tinha como intuito mostrar aos cearenses os valores da modernidade, os valores burgueses de civilização, que atrelavam a imagem feminina ao casamento e à vida privada, mas também apresentavam comportamentos rebeldes que levaram a um questionamento do papel feminino na sociedade.

67

Considerações finais

A revista *A Jandaia*, dentro da sociedade fortalezense, realizou o papel de mediadora entre o espaço público e o privado, pois ao mesmo tempo em que pregava uma mulher submissa e boa mãe, também, acabava por mostrar exemplos de mulheres mais emancipadas ou mesmo situações em que elas apresentavam certa autonomia e igualdade intelectual com os homens. Há o caso dos artigos, por exemplo, sobre o voto feminino, que, para a sociedade cearense da época, era um dos assuntos totalmente novos e inusitados.

A publicação era o retrato de uma época em que se lutava pela modernidade, ansiava-se pela ruptura com todas as tradições que lembrassem o Império brasileiro, mas, ao mesmo tempo, simbolizava a perpetuação dos mesmos.

Assim, os discursos sobre a mulher representavam essa dicotomia estruturação da sonhada modernização. Logo, a revista tornou-se um mecanismo de “reflexão para pensar o presente e o futuro, enxergando a mulher, não como um complemento

¹⁰ Fortaleza, *A Jandaia*, 10 set. 1927.

de família, mas como importante agente de mudanças pela função que exerce na sociedade” (CARVALHO, 1995).

Isso causou um conflito entre a imagem que se queria da mulher burguesa e os exemplos repassados pela publicação. A revista *A Jandaia*, portanto, também foi o retrato de uma época em que se lutava pela modernidade dos costumes, rompendo-se com muitos dos valores tradicionais. Mesmo que, em tal contexto, as mulheres tenham sido alvo de discursos, principalmente por parte da imprensa, que procuravam normatizar seus comportamentos, acreditando que assim transformariam o Brasil num país civilizado e moderno, como a Europa e os Estados Unidos, o que se notou ali foi um conflito entre as ideias modernas e os velhos hábitos da cultura brasileira, ligados ao conservadorismo moral, quando as mulheres puderam exemplificar, por meio dos vários antagonismos que cercavam suas condutas, como se davam os mais variados paradoxos.

Referências

- AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luís Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, v. 27, p. 213-254, jul.-dez. 2006.
- BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica. **Revista Ártemis**, v. 1, p. 64-73, 2004.
- BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1998.
- CARVALHO, Kátia. A imprensa feminina no Rio de Janeiro, anos 20: um sistema de informação cultural. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FRANCO, Sebastião Pimentel. A escolarização como canal de ampliação de espaços para a mulher na Primeira República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXIII. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0932.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- FRANCO, Stella Scatena; PRADO, Maria Ligia. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 14, p. 7-22, 1992.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- INEP. Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 1, n. 1, jul. 1944.
- OLIVEIRA, Jacqueline Holanda Tomaz. *História da educação no Ceará: A reforma de 1922 e o escolanovismo*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, XI; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, II; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, IV: Formação para mudanças no contexto da educação: políticas, representações sociais e práticas. **Anais...** Pontifícia Universidade do Paraná, Curitiba, 23-26 de set. 2013. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/8039_6411.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2014.
- NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do Destino Biológico ao Destino Social**. Vitória: Edufes, 2001.
- _____. **Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: Edufes, 2013.
- PECAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.
- PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, (1860-1930)**. 2. ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 1999.
- SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: ENCONTRO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA EM ARTES, I. **Anais...** Curitiba, 2008, p. 142-152. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_artes/20_Marlete_Schaffrath.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.
- SILVA, Diocleciana Paula. **Do recato à moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos de 1920**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.